

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

A Empresa Nissan do Brasil Automóveis Ltda. apresentou impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico n. 40/2023, cujo objeto é a aquisição de veículos novos, requerendo o seguinte:

Esclarecimentos:

b) se para o emplacamento dos veículos deverá ser considerada ou não a isenção do IPVA;

Resposta SEGEST: O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região é isento do pagamento de IPVA. Portanto, deverá ser considerada, para fins de emplacamento, a isenção deste imposto.

c) se será aceito automóvel de combustível a gasolina;

Resposta SEGEST: Cumpre consignar que a Administração optou pela utilização de veículos bicompostíveis, vez que apresentam as seguintes vantagens:

- 1) Escolha entre gasolina e etanol de acordo com a disponibilidade e preço dos combustíveis no momento do abastecimento.
- 2) O etanol produz menor emissão de poluentes, reduzindo, assim, os impactos ambientais.

Ademais, o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, em seu item 1.1.7.1, dispõe sobre a utilização preferencial de combustíveis menos poluentes e de fontes renováveis, como o etanol.

Além disso, o Plano de Gerenciamento de Gases do Efeito Estufa (ou Plano de Compensação de Carbono) implantado pelo Tribunal, por determinação do Conselho Nacional de Justiça, prevê meta de utilização de maior percentual de etanol nos abastecimentos realizados pela frota de veículos oficiais.

Por fim, o art. 1º da Lei 9.660/1998 preceitua que qualquer aquisição ou substituição de veículos leves para compor a frota oficial ou locação de veículos de propriedade de terceiros para uso oficial somente poderá ser realizada por unidades movidas a combustíveis renováveis.

Diante do exposto, mantém-se a exigência de veículo bicompostível.

d) se veículos com transmissão automática do tipo XTRONIC CVT serão aceitos;

Resposta SEGEST: Caso o XTRONIC CVT cumpra a especificação prevista no edital, qual seja, câmbio automático de, no mínimo, 06 (seis) marchas à frente e 01 (uma) a ré, não haverá óbice à aceitação do veículo.

e) se os vidros elétricos de série atendem; se há exigência do acionamento elétrico pela chave e sendo solicitado informe; se serão aceitos veículos com acionamento remoto dos vidros instalados em concessionária autorizada ou transformadora homologada da fabricante.

Resposta SEGEST: De acordo com os requisitos do Edital, os vidros devem possuir acionamento elétrico, não havendo exigência que seja por meio da chave do automóvel.

f) se a garantia ofertada pela requerente de 03 (três) anos ou 100 mil km, juntamente com o serviço Nissan Way Assistance disponibilizado por um período de 02 (dois) anos atendem as exigências desta Administração.

Resposta SEGEST: Considerando que a previsão editalícia de garantia contratual de “36 (trinta e seis) meses, contados do recebimento definitivo, sem limite de quilometragem”, não serão aceitas as condições propostas, vez que limitam a garantia a 100 mil km.

g) se a verba será municipal, estadual ou federal.

Resposta SEGEST: Informa-se que a verba será federal, sendo os recursos próprios do órgão.

h) A alteração da exigência da “fabricação nacional”, passando a constar em edital como exigência mínima: veículo de fabricação nacional, nacionalizado e importado;

A empresa interessada alega que a exigência constante na descrição dos bens para que sejam de “*Fabricação nacional ou nos países que compõem o Mercosul (serão aceitos veículos fabricados nos países do Mercosul, desde que haja acordo bilateral para o comércio de veículos, em vigor no Brasil)*” é restritiva à competitividade, entendendo, em síntese, que “*os produtos importados podem ser aceitos, desde que seja assegurada sempre a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a devida assistência técnica, bem como a garantia*”.

Resposta SEGEST: Nesse ponto, em concordância aos princípios da competitividade e da razoabilidade dispostos no art. 5º da Lei n. 14.133/2021, entendemos ser possível a oferta de produto importado, desde que tenha representação comercial no Brasil, assistência técnica e garantia disponibilizadas nesta Capital.

Por esta razão, será oportunamente revista a descrição formulada no Edital, para que passe a constar *“veículo de fabricação nacional, nacionalizado ou importado, desde que este tenha representação comercial no Brasil, assistência técnica e garantia disponibilizadas em Belo Horizonte/MG”*.

i) A alteração da exigência do edital para que passe a constar como requisito mínimo: tanque de combustível a partir de 47 litros;

Consta na descrição do item 1 (item 3 do Termo de Referência) que o veículo sedan deve possuir *“Tanque de combustível com capacidade igual ou superior a 50 litros”*.

A empresa impugnante requer a alteração do requisito para admitir a oferta de veículo com tanque com capacidade a partir de 47 litros, conforme o modelo por ela comercializado.

Resposta SEGEST: Em que pesem os argumentos a favor da ampliação da competitividade e as informações técnico-comerciais apresentadas pela empresa, reiteramos a necessidade de que o bem ofertado possua as características já indicadas.

Isso porque os veículos a serem adquiridos serão utilizados em traslados diários nesta Capital e região metropolitana, além de viagens por todo o território do Estado de Minas Gerais, circunstância que deu ensejo às seguintes considerações:

- tanque de combustível de maior capacidade possibilita maior autonomia do veículo para percursos de longa distância, sem a necessidade de abastecimento;
- otimização da gestão dos traslados e viagens, porquanto a diminuição da necessidade de paradas para abastecimento gera um ganho de tempo e maior eficiência na administração do transporte oficial;

- maior segurança, uma vez que o Estado de Minas Gerais possui dimensão considerável e regiões remotas com estradas, muitas vezes, precárias sem a disponibilidade de postos de combustíveis com regularidade;

- maior eficiência e economicidade, pois com a possibilidade de maior autonomia de uso, havendo oferta de mais fornecedores, a Administração poderá escolher onde se dará o abastecimento com maior vantagem para o erário

Nesse sentido, a escolha do requisito se pautou pela ponderação de critérios que homenageiam o princípio da eficiência na gestão pública, razão pela qual não se pode acolher o pedido para sua alteração.

j) A inclusão no presente edital da exigência de estrito cumprimento da Lei Federal no 6.729/79, Lei Ferrari, com a aquisição de veículo zero quilometro por empresa autorizada e com a concessão de comercialização fornecida pelo fabricante.

A empresa interessada pugna pela observância estrita da Lei n. 6.729/79 que, em “seus artigos 1o e 2o, [estabelece] que veículos ‘zero quilometro’ só podem ser comercializados por concessionário”. Pretende, assim, que seja vedada a participação ampla de empresas que não comprovem a constituição como concessionária autorizada pela fabricante do veículo.

Resposta SEGEST: De fato, a Lei n. 6.729/79 ainda é vigente no ordenamento jurídico e dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre.

No entanto, a sua aplicação deve se dar dentro do contexto de normas e princípios jurídicos, além do objetivo da disputa pública que é o atendimento do interesse público, garantindo sua satisfação pela escolha da melhor proposta.

Nesse sentido, a Lei n. 14.133/2021 afirma que:

Art. 11.O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

A Constituição Federal estabelece, ainda, em seu art. 170, inciso IV, a livre concorrência, que consiste na possibilidade dada a qualquer pessoa de explorar qualquer atividade econômica, sem inviabilizar a concorrência das demais pessoas ou empresas.

Dessa forma, o objeto do item 1 do certame é a aquisição de veículo “zero quilômetro”, ou seja, um bem “não usado”. Desde que o bem não tenha sido usado, ele atende ao interesse público divulgado por meio do instrumento convocatório, seja ele originado de fábrica ou não.

E, a partir dessa concepção, vislumbra-se que o bem pode ser comercializado por empresa concessionária (autorizada pela fabricante), mas também por revendedora que possua em seu estoque bens com tais características.

Fazer a restrição pretendida pela impugnante importaria em violação ao princípio da competitividade e prejuízo ao objetivo da licitação que, como dito acima, é a satisfação do interesse público pela obtenção da proposta que produza o resultado mais vantajoso.

Entendemos, portanto, que a alteração sugerida não merece amparo.